

# A REGENERAÇÃO DA AMAZÔNIA: CRÍTICA MORAL À COLONIZAÇÃO PORTUGUESA, NO CONTEXTO DA ILUSTRAÇÃO.\*

Mauro Cezar Coelho\*\*

*A Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* foi concebida num contexto de crise do Reino português. A queda das rendas provenientes dos domínios ultramarinos suscitou uma série de estratégias objetivando a sua reversão. Fomentar a economia do Reino implicava, na visão dos homens de governo daquele período, na ampliação das possibilidades de exploração do mundo colonial.<sup>257</sup> Conhecer a sua natureza e as vantagens que dela poderiam resultar, tornava-se imperioso. À viagem cabia, portanto, proceder ao levantamento das riquezas naturais e a proposição de soluções para seu melhor aproveitamento.

Arthur Cezar Ferreira Reis chama atenção para o fato de essa viagem estar inserida, também, no contexto das expedições de demarcação de limites entre os territórios portugueses e espanhóis na América, a partir de 1750. À expedição competia, então, garantir a antigüidade da ocupação portuguesa nas regiões onde a discussão sobre os limites das possessões das duas coroas se fazia mais urgente.<sup>258</sup>

---

\* Este artigo é resultado, na sua quase totalidade, das reflexões desenvolvidas no terceiro capítulo de minha dissertação de mestrado, concluída sob a orientação primorosa da professora doutora Berenice Cavalcanti, da PUC/RJ, onde defendi a referida dissertação. À professora Berenice Cavalcante, mais uma vez, meus agradecimentos. Ultimamente ele foi objeto da leitura e crítica do professor Jonas Marçal de Queiroz; algumas de suas considerações foram incorporadas às reflexões presentes no artigo, outras exigem um novo trabalho. Meu muito obrigado ao professor Jonas Queiroz.

\*\* Professor Assistente da Fundação Universidade Federal do Amapá, Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

<sup>257</sup> Sobre este ponto, ver NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1985, pp. 136-144.

<sup>258</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Expansão Portuguesa na Amazônia, nos Séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, 1959, pp. 128-215. Sobre a demarcação de limites na região amazônica, ver do mesmo autor *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*. Belém: SECULT, 1993, 2 vols.

A Viagem Filosófica - chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista baiano, formado pela Universidade de Coimbra<sup>259</sup> - estava circunscrita, assim, a dois objetivos específicos: dar conta de um amplo mapeamento das riquezas naturais e suas possibilidades econômicas e elaborar a história da ocupação portuguesa na região. A singularidade imposta pelo naturalista reside no fato de ter afirmado a excelência de uma alternativa que affiançasse - simultaneamente - o progresso da vida material e da vida do espírito.

Neste artigo, desenvolveremos uma reflexão considerando os dois pontos determinantes da viagem. Interessa-nos perceber como Alexandre Rodrigues Ferreira construiu um discurso acerca da antiguidade da ocupação portuguesa, que se constitui numa crítica tanto à ação colonial portuguesa - em tudo relacionada ao pensamento ilustrado - como à própria sociedade lusa, em que afirma uma via moral que garantiria o restabelecimento do reino português e das suas colônias na América. O levantamento das riquezas naturais e as soluções propostas para a sua exploração são pontos fundamentais para o entendimento dessa crítica. Assim, a análise sobre o discurso acerca da exploração colonial se faz necessária.<sup>260</sup>

Virtude e vício são os parâmetros basilares das análises de Alexandre Rodrigues Ferreira. Tanto para garantir a antiguidade portuguesa na região, como para estabelecer qual atividade é a mais

---

<sup>259</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Bahia, em 1756, transferira-se para Portugal, em 1770, a fim de cursar a Faculdade de Leis. Atravessara, no entanto, o período da Reforma Universitária levada a cabo por Pombal e, aproveitando-se dela, decidira-se pelo curso de História Natural, formando-se em 1778. Sua aplicação renderia-lhe o cargo de Demonstrador de História Natural, ainda nos dois últimos anos de curso; no ano seguinte, fora nomeado correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e escolhido para chefiar a referida viagem. Sobre estes pontos ver: LIMA, Américo Pires. **O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira: Documentos Coligidos e Prefaciados**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar: Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953; CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. **O Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815): Uma Análise Comparativa de Sua Viagem Filosófica (183-1793) Pela Amazônia e Mato Grosso com a de Outros Naturalistas Posteriores**. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR, 1991; COSTA E SÁ, Manoel José Maria da. **Elogio ao Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. Separata do volume 72 dos Anais da Biblioteca Nacional.

<sup>260</sup> A concepção de discurso presente em nossas formulações fundamenta-se nas reflexões de Mikhail Bakhtin. Para este teórico, o discurso se constitui numa construção histórica, posto que se orienta para o vivo. Nesse sentido, seu conteúdo e significado só podem ser percebidos diante dos seus interlocutores, entendidos tanto como os sujeitos históricos com quem enceta debates, como com os conteúdos a que o discurso está relacionado. Sobre essa concepção ver BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993 e **Questões de Literatura e de Estética. A Teoria do Romance**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

proveitosa e útil ao reino, vício e virtude constituem-se nos elementos críticos.

*"Para a tibieza que noto nas Lavouras, e para a decadencia geral em que estão em ambas as Capitánias parecem que em summa concorrem as seguintes causas.*

*1º - Indolencia dos Naturaes.*

*2º - Falta de braços, a qual tambem procede de muitas causas (falta de pretos escravos, as expedições que se utilizam de indios, o fim das Diligencias de Descimentos, epidemias, bechigas, sarampo, corrupção).*

*3º - Elevação dos Europeos, estabelecidos, os quaes se depressão de trabalhar. Sendo alias a maior parte delles de natureza tal, que em vez de ensinarem as Indias suas mulheres e aos Mamelucos seus filhos, os Costumes dos Brancos, pelo contrario são elles os que adoptaõ os Costumes dos Indios, e ficaõ talvez um pouco peiores.*

*4º - Ignorancia dos bons Methodos: Principalmente dos que dependre muito menos, do que o dizem os môços, quanto estes observaõ por principios, olhando, reflectindo, estudando, e applicando, discorrendo e consultando. [\* Qu'importe de vivre (diz El Rey de Prússia, fallando em huma de Suas Instrucçoens Militares, dêstes Officiais, que pelos Annos que tem de Praça, e de Campanha, avaluaõ o seu merecimento) Qu'importe de vivre, si on ne fait, que vegeter! Qu'importe de voir, se ce n'est, que pour entasser des faits dans sa memoire! Qu'importe, en un mot l'experiencie, si elle n'est dirigée par la reflexion? " ]<sup>261</sup>*

<sup>261</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Participação Geral do Rio Negro, e seu Território.* Extrato do Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de S. José do Rio Negro. Com a Informação do Estado Presente dos Estabelecimentos Portugueses no Sobredito Rio, nos Anos de 1785 e 86. Datada de Barcelos, 28 de Outubro de 1787; BN, SM, 21, 1, 9, 22º Título -

O tema da decadência dos estabelecimentos portugueses e, conseqüentemente, da necessidade de sua recuperação, é recorrente nos escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira. A citação em destaque é significativa ao apontar as causas dessa situação nociva ao progresso da região; nela, percebemos que a decadência é associada à insuficiência das lavouras, ou mesmo à sua ausência.

O naturalista enumera os motivos que contribuem para esse estado de coisas. Todos apontam para uma única causa: a incompetência do europeu em exercer seu papel de elemento civilizador. O terceiro motivo é basilar nesse sentido: destaca a inoperância do europeu em garantir a introdução dos seus costumes na região, em educar os índios, em desenvolver uma exploração racional dos recursos da Amazônia. Essa inoperância é a causa da manutenção da indolência, da ausência de braços, da inexistência de métodos apropriados (desenvolvidos segundo a experiência e a crítica racional) e da desorganização administrativa (que não estabelece uma distribuição conseqüente dos recursos humanos nas diversas atividades realizadas na colônia).

Importa, assim, refletir sobre a crítica de Alexandre Rodrigues Ferreira, percebendo em que medida ela verifica os males da região amazônica - tanto de sua paisagem física como da humana - e sugere uma alternativa. Vale ressaltar, entretanto, as dúvidas que o naturalista apresenta quanto à receptividade de suas colocações: ele aponta para a credibilidade dos *Práticos do Paiz* - prático possui o mesmo sentido que a palavra batedor, ou seja, aquele que conhece os caminhos pela experiência adquirida - em detrimento daqueles que temperam a experiência com o uso da razão.<sup>262</sup>

---

"Agricultura". OBS: Diligências de Descimentos são expedições de arrematamento de indígenas, com o fim de os estabelecerem nas povoações ao longo dos rios; a citação em francês se encontra como nota, no texto de Alexandre Rodrigues Ferreira.

<sup>262</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira manifesta a mesma insatisfação na memória sobre os índios Uerequena, quando expressa a razão porque recolhe armas e utensílios dos índios. Após afirmar que só em face da produção material das populações nativas poderá concretizar a História da Indústria Americana, finaliza: "Persuado-me que tenho respondido aos que me impacientam com perguntarem-me, para que adjunto eu remeto semelhantes armas e galanterias." FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Memória Sobre os Gentios Uerequena, que Habitam os Rios Içana e Xié, Afluentes do Rio Negro*. (1786) In CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Viagem Filosófica Pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro e Cuiabá. Memórias - Antropologia*. Departamento de Imprensa Nacional, 1974, pp. 69-73, p. 73.

Esta insatisfação talvez possa indicar um embate entre Alexandre Rodrigues Ferreira e as autoridades portuguesas, quanto aos rumos do trabalho do naturalista. Não aprofundaremos o tema, neste trabalho, supomos, entretanto, que a reflexão sobre ele pode suscitar um

A análise que se segue tem como fonte básica o *Tratado Histórico do Rio Branco*<sup>263</sup>, texto finalizado em 1786. Nele encontramos um relato da experiência portuguesa na região. O *Tratado* pode ser dividido em dois momentos distintos: o primeiro, consideramos tratar-se do estabelecimento da antiguidade da ocupação portuguesa na região daquele rio; o segundo, do desenvolvimento de uma crítica acerca da ação portuguesa no sentido de colonizá-la de acordo com um paradigma moral.

O texto se inicia com a justificativa do nome do rio:

*“a cor da sua agoa he branca, em contra-  
posição da do Rio Negro, onde deságoa, pela  
margem septentrional: por esta razão lhe dão  
os Portuguezes o nome de Rio Branco”*<sup>264</sup>

O naturalista destaca a denominação portuguesa, afirmando sua longevidade: ela data da viagem do Capitão Mor Pedro Teixeira à Quito, no ano de 1639. Alexandre Rodrigues Ferreira reproduz aquela preocupação em garantir aos portugueses a primazia no contato e ocupação da Amazônia. Trata-se, todavia, de um movimento breve; o naturalista se concentra numa crítica abarcando três pontos que enfatizam os males da colonização portuguesa: a defesa da região frente aos interesses dos espanhóis, a violência dispensada aos indígenas e a ausência de um projeto civilizador que incorpore europeus e americanos, garantindo o progresso da região.

Após afirmar a antiguidade portuguesa no domínio da região, o naturalista continua seu relato:

*“Continuarão por este modo a navegá-lo,  
desfructando os seus haveres, á saber do cacau,  
que nascia pelas suas margens, e dos peixes e  
tartarugas, que pescavaõ no rio. Esta era a  
possê, em que della se achavaõ, quando no dia  
16 de Março de 1775, chegou a esta Capital, e  
nella foi appresentado perante o seu  
Governador o Snr. Joachin Tinoco Valente,  
Gervásio Le Clerc, natural do Bispado de  
Liege, que servia á Republica de Hollanda, na*

---

entendimento mais circunstanciado do papel da expedição dentro do contexto ilustrado português, e os limites que este se propunha.

<sup>263</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Tratado Histórico do Rio Branco*, BN., SM., 21, 2, 1.

<sup>264</sup> *ibid.*, p. 1 [grifo nosso].

... mencionada Guyana, estando de guarnição no Forte de Essequibos, e de guarda em hum pôrto do rio do mesmo nome, do qual desertou [...] Sendo pelo dito Desertor informado o Governador, de que neste rio, se achavaõ situados os Hespanhoes, e nelle pretendiaõ estabelecer-se, e fortificar-se ...”<sup>265</sup>

A deserção de Le Clerc é tomada como suporte para uma análise da defesa do espaço amazônico. Alexandre Rodrigues Ferreira trata do episódio na forma de uma narrativa dos desdobramentos ocasionados pela chegada de Le Clerc, consubstanciando a crítica a que nos referimos.

A partir do testemunho do *Desertor* são tomadas algumas medidas, no sentido de pôr fim às pretensões espanholas. A mais importante delas consta de uma carta do governador, datada de 02/10/1775, ordenando a formação de uma tropa de 58 praças, chefiada pelo Capitão Engenheiro Phelippe Sturm, que devia cumprir quatro objetivos - a) *dezinfectar este rio de todos quantos Hespanhoes se achassem nelle, sem escapar hum so;* b) *fortificá-lo com a mayor brevidade segurança, e economia possível;* c) *logo estabelecer as roças precisas para o sustento das praças destacadas;* d) *conciliar a amizade, e alliança dos Indios naturaes.*<sup>266</sup> A eficiência dos colonos em realizar os objetivos propostos é posta em dúvida pelo naturalista:

“Os successos desta diligencia não deixãõ de ser dignos de nota; sem insistir nos que a precederãõ, succederãõ outros no acto, e depois da execução, que quasi obrigaõ a attribuir a hum feliz acaso, o bom exito.”<sup>267</sup>

Pura ironia. Como se verá a seguir, se houve sucesso nas diligências de inspeção e defesa do território colonial, foi obra do acaso, já que a ação do colono mostrou-se insuficiente, inoperante e inadequada.

No dia 03 de Outubro de 1775, a expedição inicia sua jornada. Sobe o rio Branco, até onde encontra as bocas dos rios Tacutú e Uraricoera, seguindo por esse último, sempre em busca dos espanhóis. Encontra-os fortificados num igarapé, trava contato e toma a

<sup>265</sup> Ibid., p. 2.

<sup>266</sup> Ibid., p. 3-6.

<sup>267</sup> Ibid., p. 9.

fortificação. Através do inquérito que faz, descobre que existem outros espanhóis, no mesmo rio (um pouco mais acima), na localidade por eles denominada de *S. Rosa*. O comandante português não entende ser necessário verificar a informação e desalojar mais este grupo.

Alexandre Rodrigues Ferreira condena o desleixo do comandante no cumprimento das ordens que recebe. Fundamenta-se, para tanto, no testemunho do governador, expresso em duas cartas, datadas de 04/12/1775 e 18/01/1776: o comandante não enviara soldados à localidade de *S. Rosa*; não destruíra a fortificação espanhola - o *presidio de S. Joã Baptista de Caya-Caya*; e duvidara do que deveria fazer com os espanhóis presos. Aqui - conforme indica a primeira citação que compõe este artigo - nos deparamos com um ponto com o qual o naturalista vinha se debatendo: um dos males sofridos pela ocupação portuguesa era, justamente, o descuido dos colonizadores em cumprir os objetivos traçados para a região.

Sem se preocupar em executar as ordens recebidas, agindo sem medir as conseqüências de seus atos, o comandante punha em risco o território. Há que se levar em conta que essas ações ocorrem no intervalo das assinaturas de dois tratados que regulam os limites entre as possessões portuguesas e espanholas. Além do Tratado de Madrid, de 1750, há o Tratado de S. Idelfonso, assinado em 1777. Mesmo considerando que esse último trouxe modificações significativas somente ao sul do território português, a reavaliação que impõe ao Tratado de Madrid indica a permanência das discussões entre as duas Coroas naquele período.<sup>268</sup>

Alexandre Rodrigues Ferreira se concentra, a seguir, na *redução*<sup>269</sup> dos índios. O comandante encarrega os soldados Miguel Archanjo e Duarte Joseph Migueins de "reduzir" os índios peralvilhanos. Esses soldados se faziam acompanhar de batedores - os índios *práticos* - e tradutores - os *línguas*.<sup>270</sup> A *redução* dos indígenas,

<sup>268</sup> Para uma análise concisa do contexto colonial à época desses tratados, ver CARDOSO, Ciro Flamarión Santana. *A Crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa*. In Maria Yedda Linhares (Org.), *História Geral do Brasil: da Colonização Portuguesa à Modernização Autoritária*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 89-110.

<sup>269</sup> O termo *redução* é empregado no sentido de: empreendimento necessário para convencer e, consequentemente, arregimentar índios para as povoações e inseri-los no contexto político-econômico do universo colonial português.

<sup>270</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Tratado Histórico do Rio Branco*, BN., SM., 21, 2, 1, p. 15.

no entanto, implicaria, porém, na edificação de uma Fortaleza - vista pela autoridades metropolitanas como componente fundamental do processo de civilização da região - o que evidencia o caráter militar da ocupação do vale amazônico. Seria através das Fortalezas que os colonos criariam as lavouras, a partir das quais se efetivaria o processo de civilização, e garantiriam a sua defesa, além de travar contato e amizade com os ameríndios.

O naturalista analisa a forma como os colonos deram conta de sua instalação, quer perceber, especialmente, se cumpriram as recomendações de estabelecer lavouras e promover o contato e a amizade dos índios. O viajante enfatiza, assim, o interesse português em acolher o índio dentro de seu empreendimento civilizador na Amazônia. Percebe, todavia, que esse interesse têm sido dificultado pela ação dos comandantes: ao relatar a nomeação do 3º comandante da Fortaleza, destaca o fato dela se encontrar sem roças, além de suas construções não obedecerem ao planejamento inicial. Esse comportamento é visto como o maior problema enfrentado pelas Povoações da região.

Alexandre Rodrigues Ferreira reproduz uma carta de autoridade portuguesa, em passagem pela Fortaleza no ano de 1780, que testemunha esse quadro e, em função do que vê, admoesta o seu comandante.

*"=Chegando a esta villa em 17 do mez proximo passado, com grande admiraçãõ minha me foi notorio, que o estabelecimento dessas Povoaçõens ha huns poucos annos fundadas, não so deixava de produzir ainda a maior porçãõ de mantimentos com que devêra socorrer, e assistir a esta Capital, mas que della se estavaõ remettendo até as farinhas precisas para a subsistencia desse Destacamento. E deixando-me assim persuadir da negligencia, e falta de Zêlo, com que ahy se tem portado todos os Commandantes dessa Fronteira, a Vossa Mercê, do tempo que lhe respeita, vou estranhar muito huma taõ culpavel, e escandalosa omisãõ: e o advirto de emendar o seu descuido em objecto de tanta importancia, pois que servem taes povoaçõens,*

*tendo feito e fazendo à Fazenda Real tão crescidas despezas, e sem nada darem de utilidade, e pelo menos a Capital dezobrigarem, das referidas tão pezadas, como escandalosas assistências, e ainda por fim pondo-se as mesmas Povoações para desordem, e retiro de huma grande parte dos seus habitantes, que com muito desprazer meu me he igualmente constante, e manifesto*"<sup>271</sup>

A negligência e a falta de zelo dos diretores e comandantes é o motivo básico, o causador do declínio daquele estabelecimento português no rio Branco. Concebidas como pólos que trariam o progresso para a região e para a Coroa, suas Povoações só causavam prejuízo. Não apenas necessitavam ser sustentadas com artigos provenientes de outras áreas, como não cumpriam um dos seus papéis: não se constituíam num espaço de socialização do indígena, segundo os ditames civilizados. Os índios se retiravam das povoações.

Essa é outra preocupação constante do naturalista na Participação Geral do Rio Negro, tratando da ocupação deste rio, busca demonstrar como o comportamento dos colonos tem contribuído para o insucesso da região.

*"Que da situação em que se tem visto estes Colonizantes, do seu Génio, Proffissão, e Carácter, da sua Conducia com os Indios, e entre si, alguma ideia se pode formar pela História de suas respectivas sublevações, as quaes não tem deixado de influir quanto basta sobre huma grande parte do presente atrazo. Taes forão pela ordem dos tempos em que ellas aconteceraõ, as de que passo a fazer uma resumida menção."*<sup>272</sup>

Traça, nesse mesmo documento, um relato que recupera algumas ações maléficas para o empreendimento civilizatório

<sup>271</sup> *ibid.*, p. 28.

<sup>272</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Participação Geral do Rio Negro, e seu Território*. Extrato do Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de S. José do Rio Negro. Com a Informação do Estado Presente dos Estabelecimentos Portuguezes no Sobredito Rio, nos Anos de 1785 e 86. Datada de Barcelos, 28 de Outubro de 1787; BN, SM, 21, 1, 9, 19º Título - "Habitantes".

português, de modo a fundamentar sua idéia de que é na ação do colonizador que se devem buscar as causas para o atraso vivido na região: em 1755, a expedição conduzida pelo Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, planejada para promover a fundação de povoações e o *descimento* dos índios, fracassou. A razão: a *pusillanimidade* do responsável (Mendonça Furtado), que não soube por fim à rebeldia indígena. Nesse mesmo ano, 120 soldados se rebelaram, na Capital, e depois fugiram para os domínios espanhóis. Ainda em 55, as sublevações indígenas se agravam em função da inaptidão das autoridades portuguesas. Inaptidão que se verifica, também, em 1766, quando a expedição do Ajudante de Infantaria Auxiliar, Francisco Rodríguez - responsável por arregimentar índios - fracassa frente à rebeldia indígena; fato que se repete no ano seguinte, na Fortaleza de São Gabriel. Dois anos depois desse último acontecimento, ocorre uma revolta dos soldados da Fortaleza de São José de Marabitanas. Em 1777, as autoridades estão às voltas com uma denúncia de outra revolta militar. No ano seguinte, o Ouvidor Geral é espancado na rua, ainda que recoberto pelas *insígnias de sua condição*. Em 1780, o desconhecimento da lei e o abuso da violência, nos meios políticos, são dignos de nota. Em 1781, os índios da região do Rio Branco se revoltam em função do tratamento que recebem.<sup>273</sup>

Michèle Duchet afirma ser peculiar ao pensamento ilustrado uma postura crítica acerca do processo de colonização da América.<sup>274</sup> Em que pese a variedade das reflexões sobre as ações européias no Novo Mundo e a correspondente proposta de soluções - que não se encaminham para um discurso único e coerente - Michèle Duchet verifica um substrato comum às críticas formuladas: colonizar implica em civilizar, em recuperar as populações da América de seu estado de dependência da natureza. Entretanto, estes filósofos asseveravam que o contato entre europeus - civilizados - e americanos - que não conheciam a civilização - degradingara em tragédia.

Os civilizados teriam agido como bárbaros na América, promovendo matanças indiscriminadas, dizimando povos, na ânsia de conquistar o continente. O quadro que resulta da América, para esses filósofos, é, então, um quadro de decepção: a América se encontra aviltada, despovoada e explorada pela violência do europeu. Essas

<sup>273</sup> *Ibid.*

<sup>274</sup> DUCHET, Michèle. *Antropologia e História en el Siglo de Los Luces*: Buffon, Voltaire, Rousseau, Helvecio, Diderot. México: Siglo Veintiuno, 1984. pp. 180-184.

considerações não implicam, todavia, na afirmação de que o espaço americano teria vivido dias melhores, antes do Descobrimento. Segundo Michèle Duchet, são vários os filósofos que apontam para a precariedade da vida americana, mesmo antes da chegada dos europeus. Para esses pensadores, os americanos viviam num estado de dependência do mundo natural, não havendo desenvolvido artificios que viabilizassem sua supremacia frente a uma natureza que, em diversas situações, lhes era inóspita.<sup>275</sup>

Em face, portanto, da barbárie do europeu e da falta de civilização do americano, os filósofos entendiam ser necessário uma crítica ao empreendimento colonizador. Nesse sentido, viam com simpatia, por paradoxal que pareça, os esforços de certos núcleos missionários. Ainda que entendessem que o processo civilizatório deveria seguir um modelo laico, reconheciam a eficiência do procedimento evangelizador missionário, à medida em que este introduzia nos americanos um paradigma moral. Recomendavam, então, uma adaptação do procedimento religioso de evangelização. Urgia a utilização de métodos semelhantes, no sentido de inculcar nos americanos o amor à indústria - a capacidade criativa - que subjuga o mundo físico. A experiência dos missionários, aliás, era vista como um testemunho da capacidade dos americanos em apreender práticas civilizadas.<sup>276</sup>

Permanece, contudo, uma questão a ser resolvida: qual civilização? Ora, se os europeus - civilizados - foram responsáveis por parte da decadência americana, o que lhes garante o papel de introdutores de um modelo de conduta para o homem americano? Não há resposta definitiva, não há consenso. Aqui, como apontam Fritzie e Frank Manuel, reside um dos dilemas do pensamento ilustrado: a

---

<sup>275</sup> *ibid.*, pp. 173-178; sobre as considerações de Alexandre Rodrigues Ferreira acerca da natureza do indígena amazônico ver COELHO, Mauro Cezar. *Um Conhecimento Sobre o Homem - os Indígenas do Rio Negro nas Reflexões de Alexandre Rodrigues Ferreira*. In *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém, 3(2): 215-237, 1998.

Uma questão decorrente das formulações subjacentes nos parágrafos anteriores diz respeito às considerações ilustradas quanto à modificação da natureza e a compreensão de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre essa questão. Sem nos alongarmos aqui, pois consideramos tratar-se de ponto que requereria uma discussão à parte, adiantamos que o pensamento ilustrado entendia que a ação do homem deveria encaminhar-se no sentido de restituir à natureza a sua ordenação original, perdida ao longo dos séculos. A prática agrícola seria o meio pelo qual essa ordenação poderia ser restituída. Sobre este aspecto ver COELHO, Mauro Cezar. *A Diligência do Saber: Uma Viagem Ilustrada Pelo Brasil no Século XVIII*. Rio de Janeiro, 1996, Dissertação (Mestrado em História) - PUC/RJ, pp. 33-64 e 144 e segs.

<sup>276</sup> DUCHET, Michèle. *Op. cit.*, pp. 183-189.

civilização não elimina os vícios do homem - significativo nesse sentido é a ausência de um pensamento utópico definido, onde se manifeste a projeção de uma sociedade perfeita.<sup>277</sup>

Mesmo considerando a Razão como o instrumento que garantiria a regeneração dos vícios do gênero humano e a instituição de um mundo melhor, a possibilidade de um mundo harmônico - onde a justiça imperasse, onde a violência fosse uma lembrança, onde o trabalho fosse o meio de suplantar as dificuldades - mantinha-se em suspenso. Enquanto alguns pensadores enalteciam uma vida inspirada na natureza - assumindo-a como modelo de simplicidade e virtude - outros argumentavam que a natureza não era perfeita. Natureza, aqui, entendida nos dois sentidos empregados pelo século XVIII: enquanto essência, percebiam que - no caso da natureza humana, por exemplo - não estava imune aos vícios; e entendida enquanto mundo físico, não guardava organicidade aparente e nem suscitava, por si, a melhoria do espírito humano.<sup>278</sup>

Alexandre Rodrigues Ferreira participava das dúvidas relacionadas a esse tema. Ele entendia os vícios como elementos constitutivos da natureza humana e considerava a generosidade do mundo físico como um empecilho para o desenvolvimento das capacidades do Homem. Entretanto, ao contrário de muitos ilustrados, o naturalista coimbrão acreditava na possibilidade de harmonia entre história e natureza; ou seja, ele via como pertinente a instituição de um mundo que recuperasse as virtudes e neutralizasse os vícios. É nesse sentido que encaminhava seu discurso acerca das potencialidades de uma sociedade baseada na agricultura. A prática agrícola, por tudo o que acarretava, tornar-se-ia o meio eficaz de controlar os vícios dos homens, por cobro à sua violência e instituir o apego ao trabalho. Mais que isso, em face do estado de decadência que notava na Amazônia, a prática agrícola permitiria civilizar o homem - americano e europeu - e a natureza.

---

<sup>277</sup> MANUEL, Frank & MANUEL, Fritzie. *Utopian Thought in The Western World*. Cambridge: Harvard University Press, 1979, pp. 414-434.

<sup>278</sup> *Ibid.*, pp. 414-434. Sobre uma concepção de natureza, que assume ser a desorganização aparente do mundo natural um empecilho para o desenvolvimento das capacidades humanas, a análise de Michel Foucault a respeito da construção de uma linguagem específica para a História Natural é significativa. Esse último autor deixa claro que os naturalistas buscavam reordenar a natureza, restituindo-lhe uma organização que beneficiasse a vida humana. FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp. 139-178.

Importa, agora, portanto, aprofundar a discussão sobre as possibilidades vislumbradas pelo naturalista, em ser a agricultura atividade que instituiria um paradigma moral para a sociedade colonial amazônica.

A filosofia ilustrada se debate sobre a necessidade de instituir um paradigma moral em substituição à filosofia cristã. Esse paradigma deveria estar embasado pela Razão e calcado na observação do que é naturalmente bom, tanto no que se referia ao bem individual como ao bem comum.<sup>279</sup> Esse seria o substrato do discurso sobre a moral que, entretanto, incorporava um paradoxo: a percepção de que o que poderia ser entendido como "bem comum" variava de sociedade à sociedade. Mais uma vez nos deparamos com um espaço de debate dentro do pensamento ilustrado, no qual não existe consenso. Nesse sentido, seguiremos a pista de Fritzie e Frank Manuel, quando afirmam que a inexistência de consenso indicava a variedade de projetos para a melhoria do gênero humano. Variedade que demonstra um duplo movimento: se, por um lado, aponta para a inexistência de um consenso sobre os caminhos e os paradigmas que fundamentem a planificação de uma sociedade perfeita; por outro, enfatiza um estado de insatisfação com a ordem vigente.<sup>280</sup>

Alexandre Rodrigues Ferreira desconsidera as discussões que levam em conta os paradoxos inerentes à filosofia ilustrada. Preocupado em regenerar a Amazônia dos vícios que o mundo natural e a postura do elemento colonizador lhe impunham, sugere uma alternativa que, sem se constituir numa utopia, viabiliza a transformação da sociedade amazônica e - por extensão, assumimos - do gênero humano.

Para discutir as reflexões de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre este ponto, devemos nos reportar ao lugar que o pensamento fisiocrático ocupava nas reflexões do naturalista. Entendemos que o filósofo coimbrão mantinha uma estreita relação com os pressupostos daquela teoria; consideramos, ainda, ter sido ela a base de sua análise sobre a região colonial e o subsídio à sugestão que apresentava para a sua regeneração. Assim, as colocações do naturalista devem ser entendidas de modo distinto do discurso hegemônico na Academia Real das Ciências de Lisboa, acerca do conhecimento a ser instituído

---

<sup>279</sup> HAZARD, Paul. *O Pensamento Europeu no Século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença, 1983, pp. 148-151.

<sup>280</sup> MANUEL, Frank & MANUEL, Fritzie. Op. cit., pp. 430-431.

com vistas à solução para a crise que o reino português vivia no último quartel do século XVIII.

Na memória *Abuzo da Conchyologia em Lisboa Para servir de Introdução à minha Theologia dos (Vermes)*<sup>281</sup>, Alexandre Rodrigues Ferreira defendia, de acordo com os intelectuais daquela instituição, a circunscrição do conhecimento aos estudos que suscitassem progressos na *Medicina, Agricultura, Economia, Commercio e Artes*. O conhecimento, então, se concentraria no estudo circunstanciado dos produtos naturais, apresentando suas propriedades intrínsecas e suas possibilidades econômicas.<sup>282</sup> A experiência na Amazônia, todavia, despertou no naturalista a necessidade de uma nova postura: o conhecimento sobre os produtos era importante, mas não o bastante para a promoção do progresso. Havia que se estender a perspectiva crítica ilustrada à análise do homem, posto que, sem uma modificação da conduta deste homem, não haveria progresso. Não nos parece fortuita, nesse sentido, a crítica à ação portuguesa; entendemos que o naturalista percebe que sem uma reformulação da prática colonial, da ação do europeu, de nada valerá o desenvolvimento de técnicas - a instituição de saberes que viabilizem uma melhor (e maior) exploração dos produtos.

A opção pela atividade agrícola, então, nos parece fruto de uma reflexão que não atende apenas à sua filiação ao pensamento desenvolvido pela Academia de Ciências de Lisboa. Antes, entendemos, ela se deve à compreensão da agricultura como meio de salvação da sociedade, de redenção do gênero humano - em face do que verifica no espaço amazônico.

O pensamento fisiocrático se configura, assim, num espaço de reflexão que permite ao naturalista conjugar, numa mesma proposta de regeneração, os interesses metropolitanos de fomento à exploração colonial e a sua preocupação particular de instituir um paradigma moral que fundamente as ações portuguesas. Aquele pensamento

---

<sup>281</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Abuzo da Conchyologia em Lisboa Para Servir de Introdução à Minha Theologia dos (Vermes)*. Anno de 1781. BN, SM, 21, 2, 2, nº 20.

<sup>282</sup> Sobre a discussão a respeito da produção intelectual da Academia de Ciências de Lisboa, consultar MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Domenico Vandelli no Anfiteatro da Natureza: a Cultura Científica do Reformismo Ilustrado Português na Crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808)*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - PUC/RJ; CARVALHO, Rômulo de. *A Actividade Pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa, nos Séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Publicações do II centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1981 e CARDOSO, José Luis. *O Pensamento Económico em Portugal, nos Finais do Século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

entendia que o mundo social deveria repousar na observação do que seria naturalmente bom, do que seria mais vantajoso para todos. Nesse sentido, assumia que as sensações - a experiência vivida - eram determinantes no estabelecimento de um juízo sobre o bem e o mal, o justo e o injusto.<sup>283</sup> Tal concepção não era isenta de paradoxos: a instituição do estatuto do bem comum - se natural, ou fruto do artifício (que era a própria sociedade) - permanecia em debate.<sup>284</sup>

Sem ater-se aos paradoxos daquele pensamento, Alexandre Rodrigues Ferreira compartilha dele a crença de que a atividade agrícola é o melhor caminho para a instituição da riqueza no reino. Riqueza entendida, então, não como uma maior exploração de produtos de grande interesse comercial - cujo resultado estaria revertido exclusivamente para a metrópole; nem mesmo como o acúmulo possível de dividendos que um único homem pudesse acumular. Antes, tal riqueza se configurava nas possibilidades de distribuição que a agricultura encerrava, tanto do ponto de vista material, como no que se relaciona com o aprimoramento intelectual.

A última parte do Tratado Histórico do Rio Branco enfatiza essa perspectiva, ao dar conta das iniciativas metropolitanas em reverter o processo de decadência da região do rio Branco. Nela, Alexandre Rodrigues Ferreira evidencia ações negativas que não contribuem para o progresso do empreendimento português na região. Em 17 de Julho de 1783, é nomeado um novo comandante para a região, o Quartel Mestre João Bernardes Borraleo. Ele recebe como instruções proceder ao repovoamento do rio Branco, fazendo retornar às povoações os índios que delas se retiraram, em função da violência dos colonos, da exploração a que eram submetidos e da ausência de lavouras que lhes garantisse a subsistência. O Quartel Mestre recorreu à confiança dos poucos índios que permaneceram na única Povoação que restou, das seis que havia, utilizando tal confiança como meio de cumprir os objetivos traçados.

Recorrendo ao Principal Surussuraimé - o único Principal que não desertou - pediu-lhe que percorresse a floresta, convencendo os índios a regressar às povoações no rio Branco. Surussuraimé parte em outubro de 1783 e por

---

<sup>283</sup> KUNTZ, Rolf N. *Capitalismo e Natureza. Ensaio Sobre os Fundadores da Economia Política*. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 101-107.

<sup>284</sup> NEVES, José Adolfo Pereira. *A Teoria Fisiocrática: Um Juízo Crítico*. Recife, 1976. Tese (Livre Docência) - Universidade Federal de Pernambuco, pp. 40-42.

*"todo o tempo de 6 mezes desde Outubro ate Março, que nas suas terras se demorou o Principal, a todos passou a noticia da chegada do novo Commandante, e da differença do tratamento, que nelle experimentara."*<sup>285</sup>

João Bernardes Borrалеo segue as ordens recebidas e busca trazer os índios de volta ao domínio português. Os três anos seguintes são de contato e retorno. Nesse período, são fundadas novas povoações, em substituição às outras devastadas pela *deserção geral*.

Entretanto, Alexandre Rodrigues Ferreira não se mostra satisfeito. A reversão, na forma como foi realizada, se deu de forma incompleta. O sucesso - relativo à restituição das Povoações e dos índios que houve um dia - não representou a introdução de uma postura representativa de um novo paradigma para a ação portuguesa. Significativa, nesse sentido, é a frase que termina o Tratado, propriamente dito ...

*"Dera-se a todos panno de algodão, e não ferramentas, etc."*<sup>286</sup>

O processo de convencimento desenvolvido por João Bernardes Borrалеo foi o de dar presentes aos índios e não instrumentos de trabalho. O viajante quer uma outra atitude: algo que desperte nos homens da Amazônia o desenvolvimento da vontade, da capacidade criativa - a prática agrícola. Ela é ideal para a Amazônia porque permite o domínio sobre o mundo físico e o desenvolvimento do espírito - o progresso material e intelectual. Isso, entendemos, num processo constante que não se esgota no tempo, mas se perpetua na manutenção constante das práticas que garantam crescimento e reprodução. Num único movimento permite a melhoria das fontes de subsistência e o aprimoramento das capacidades criativas; para tanto, todavia, não requer "panos" (presentes), mas "ferramentas" (o aprendizado, a técnica, o trabalho).

Essa preocupação em demonstrar as possibilidades de progresso - assim entendidas - o naturalista expressa em outro texto. Nele, seu discurso ganha um sentido pragmático, de caráter ilustrado: quer garantir a introdução de uma postura racional no encaminhamento dos problemas técnicos, referentes à produção.

<sup>285</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Tratado Histórico do Rio Branco*, BN., SM., 21, 2, 1, p. 37-38.

<sup>286</sup> *Ibid.*, p. 52.

Nesse sentido, a elaboração histórica que concretiza, destaca as ações que têm um compromisso com a observação atenta, com o uso da sensibilidade, sempre mediada pela razão. A *Memória sobre a introdução do arroz branco no Estado do gram-Pará com a história dos primeiros progressos que fizeram as machinas de o descascar, segundo a inventou na villa de Barcelos o tentente-coronel Theodozio Constantino de Chermon*<sup>287</sup> é elaborada a partir de uma pesquisa nos documentos do governador João Pereira Caldas.

A memória dá conta da introdução do arroz branco na região. Afirma que o *verdadeiro promotor* do cultivo do arroz branco foi o *Ilmo. e Exmo. Sr. Martinho de Mello Castro*. No Pará, o *verdadeiro agente* foi João Pereira Caldas, governador, e os *verdadeiros coadjuutores*, os administradores da Cia. Geral do Comércio. O cultivo do arroz branco é iniciado em 1761, na Vila de Olivença, às margens do rio Solimões. O diretor da vila, João Baptista da Costa, recebeu algumas sementes, remetidas por Manoel Bernardo de Mello e Castro. No ano seguinte, 1762, toda a produção foi enviada a Lisboa, como forma de incentivo à produção. Em 1768, a Cia. Geral do Comércio recomenda o cultivo do produto, ressaltando entretanto, a necessidade de se buscar saídas para agilizar o descasque do arroz.

*“A custa da companhia se fez um modelo para o descasque com pilões, o qual inventou e dirigio o ajudante engenheiro Domingos Sam Pecette.*

*Este modelo porém não teve exito pela sua disproporcionada construcção, não só pela força de um unico cavallo, que lhe se destinava para agente do movimento de 24 pilões, mas tambem pelo extraordinario comprimento do eixo horizontal de 51 palmos, com que dava o impulso ao braço da alavanca, para suspender os pilões a um ascenso proporcionado á prompta operação do descasque, o qual pelas*

---

<sup>287</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da Viagem Filosófica, pela Capitania de São José do Rio Negro: com a Informação do Estado presente dos Estabelecimentos Portuguezes na sobredita Capitania, desde a Vila Capital de Barcelos, até a Fortaleza da Barra, do dito Rio. Ordenado em officio de 15 de Abril de 1786, pelo Ilmo. e Exmo. Sr. João Pereira Caldas & Cumprido em sete Participações de diferentes datas, pelo Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, Naturalista Empregado na Expedição Filosófica do Estado.* In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 48, pp. 1-233, 1885, pp. 79-84.

*vibrações, de que é susceptível, desordenaria a machina.*<sup>288</sup>

Em 1771, Theodozio Constantino de Chermont busca, no Maranhão, um moinho, de invenção de Lourenço Belforte, *para o qual achou mais facil modo de afundar e aperfeiçoar os dentes.*<sup>289</sup> Em 1772, o mesmo Theodozio construiu um outro moinho, com 8 pilões, movido a braços humanos. Considerou, depois, que a força motriz era insuficiente e substituiu os homens pela força dos cavalos. No ano seguinte, a Cia. Geral do Comércio introduziu melhoramentos nas técnicas de se joeirar o arroz (retirar as impurezas através de uma peneira); apresentou um utensílio feito com crivos ou arneiros de ferro. Neste mesmo ano, Theodozio construiu, ainda, uma outra máquina movida a dois cavalos, que serviu de cópia a todas as que lhe seguiram. Alexandre Rodrigues Ferreira ressaltara que, no momento em que escrevia esta memória, tal máquina era a mais antiquada em função das dificuldades que Theodozio Constantino de Chermont teve para aperfeiçoá-la - ao invés de permanecer em seu trabalho, desenvolvendo técnicas e instrumentos para a agricultura, viu-se engajado numa ação militar: foi destacado para as expedições de Demarcação de Limites.

Apesar dessas dificuldades, no ano de 1774, Theodozio Constantino de Chermont construiu o primeiro moinho de mós de pedra - atafona - no intuito de substituir o *cansado methodo* dos moinhos de madeira, da invenção de Lourenço Belforte. Sob a rubrica deste mesmo ano, dá conta de que o

*...tenemte-coronel Manoel Joaquim Pereira, o capitão João Henriques, o alferes João Garcia Galvão, na cidade, e Ciprianno Antunes Vieira, no igarapé de São-Joseph, suburbio da cidade, pelo movimento da agua, e Gonçalo Joseph da Costa, no seu engenho d'agua no rio Capim, construirão machinas diferentes para o descasque, de que actualmente usao, com melhor ou peor successo.*<sup>290</sup>

Finalizando sua história, o naturalista informa que, em 1775, Theodozio Constantino de Chermont comprou, no estrangeiro, um

<sup>288</sup> Ibid., p. 81.

<sup>289</sup> Ibid.

<sup>290</sup> Ibid., p. 83.

ventilador que serviu de modelo para a construção de outros, a serem utilizados na região. Em 1776, observando que os arneiros de fio de ferro enferrujavam com facilidade, os substitui por outros, feitos de fio de latão.

Nessa memória, Alexandre Rodrigues Ferreira parece querer afirmar a possibilidade de um desenvolvimento da capacidade criativa daqueles que se predispõem a observar o funcionamento das coisas. Mais que isso, quer afirmar a positividade daqueles que expressam, pelas suas ações, uma vontade que não se deixa abater pelas adversidades. Apesar de ressaltar a importância das grandes personagens no processo de implantação do produto - como o ministro do ultramar, o governador ou a Cia. Geral do Comércio - são as ações dos agricultores (daqueles que se ocupam da lida diária e, por isso, reconhecem os problemas inerentes à produção) que merecem sua atenção. E o merecem porque levam em conta a observação *por principios, olhando, reflectindo, estudando, e applicando, discorrendo e consultando*; a agricultura, mais uma vez, se apresenta como uma forma de civilização da Amazônia.

Entendemos que o discurso sobre a antiguidade e a ocupação portuguesa na Amazônia, elaborado por Alexandre Rodrigues Ferreira, se constitui num discurso cujo sentido pedagógico é o de apontar para a possibilidade de progresso. Progresso que trará a felicidade, posto que ela reside no desenvolvimento das capacidades criativas, na observação atenta das necessidades e no aprimoramento da vontade.

Progresso que se funda numa compreensão de que a regeneração da Amazônia se dará através dessa capacidade criativa, logo, do trabalho - do trabalho agrícola - que suscitará um novo paradigma moral. Recuperando as palavras de Frank e Fritzie Manuel, tendo como referência as colocações de Diderot acerca da atividade agrícola como provedora de uma nova moralidade:

*"Agriculture, beneficent agriculture, admits Diderot turned Physiocrat, fosters commerce, industry, and riches, and riches generate population increases. A great increase in population causes fortunes to be divided. Divided fortunes restrict the sciences and arts*

*to the useful. Everything that is not useful is disdained.*"<sup>291</sup>

Esse, assumimos, é o pensamento de Alexandre Rodrigues Ferreira, que defendia a constituição de um conhecimento que

*"...tem por principios a Razão, e a Experiencia; por objeto o verdadeiro, e o util; por fim a felicidade do que a estuda."*<sup>292</sup>

A paisagem amazônica possibilitou a Alexandre Rodrigues Ferreira o desenvolvimento de um conhecimento que, respeitando essas premissas, propunha um paradigma moral que condenava, por exemplo, as «Drogas do Sertão». Essa atividade - tal como as minas que, na visão do naturalista, foram uma das causas da decadência do Reino - proporcionava a riqueza de poucos e a miséria de muitos. Logo, segundo o viajante, suscitava o acúmulo de riquezas que dava vazão aos gostos desnecessários, à luxúria, enfim, aos vícios que corrompiam o gênero humano. A agricultura, ao contrário, encaminhava o homem para o controle dos seus vícios, para o progresso da sua capacidade criativa e para a distribuição das riquezas. Era esse o caminho a seguir, distante, portanto, do que *dizem os Velhos chamados Práticos do Paiz*.

## FONTES

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Abuzo da Conchyologia em Lisboa Para Servir de Introdução à Minha Theologia dos (Vermes)*. Anno de 1781. Biblioteca Nacional (ora em diante, denominada BN), Seção de Manuscritos (ora em diante, denominada SM), 21, 2, 2, nº 20.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da Viagem Filosófica, pela Capitania de São José do Rio Negro; com a Informação do Estado presente dos Estabelecimentos Portugueses na sobredita Capitania, desde a Vila Capital de Barcelos, até a Fortaleza da Barra, do dito Rio. Ordenado em officio de 15 de Abril de 1786, pelo Ilmo. e Exmo. Sr. João Pereira Caldas & Cumprido em sete Participações de diferentes datas, pelo Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, Naturalista Empregado na Expedição Filosófica do Estado*. In

<sup>291</sup> MANUEL, Frank & MANUEL, Fritzie. Op. cit., p. 418.

<sup>292</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Abuzo da Conchyologia em Lisboa Para Servir de Introdução à Minha Theologia dos (Vermes)*. Anno de 1781. BN, SM, 21, 2, 2, nº 20.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. vol. 48, pp. 1-233, 1885.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Memória sobre os Gentios Uerequena, que habitam os Rios Içana e Xié, afluentes do Rio Negro.* (1786) In Conselho Federal De Cultura. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro e Cuiabá. Memórias - Antropologia.* Departamento de Imprensa Nacional, 1974.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Participação Geral do Rio Negro, e seu Território. Extrato do Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de S. José do Rio Negro. Com a Informação do Estado Presente dos Estabelecimentos Portugueses no Sobredito Rio, nos Anos de 1785 e 86. Datada de Barcelos, 28 de Outubro de 1787.* BN, SM, 21, 1, 9.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Tratado Histórico do Rio Branco.* BN., SM., 21, 2, 1.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHITN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética. A Teoria do Romance.* São Paulo: HUCITEC, 1993.

\_\_\_\_\_. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O Contexto de François Rabelais.* São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *A Crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa.* In Maria Yedda Linhares (Org.). *História Geral do Brasil: da Colonização Portuguesa à Modernização Autoritária.* Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CARDOSO, José Luís. *O Pensamento Económico em Portugal, nos Finais do Século XVIII (1780-1808).* Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARVALHO, Rómulo de. *A Actividade Pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa, nos Séculos XVIII e XIX.* Lisboa: Publicações do II centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1981.

COELHO, Mauro Cezar. *A Diligência do Saber: Uma Viagem Ilustrada Pelo Brasil no século XVIII.* Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - PUC/RJ.

\_\_\_\_\_. *Um Conhecimento Sobre o Homem. Os Indígenas do Rio Negro nas Reflexões de Alexandre Rodrigues Ferreira.* In *Anais do Arquivo Público do Pará.* Belém, 3(2): 215-237, 1998.

COSTA E SÁ, Manoel José Maria da. *Elogio ao Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira.* Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952, Separata do volume 72 dos *Anais da Biblioteca Nacional.*

- CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. **O Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815)**. Uma Análise Comparativa de sua Viagem Filosófica (1783-1793) pela Amazônia e Mato Grosso com a de Outros Naturalistas Posteriores. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR, 1991.
- DUCHET, Michèle. **Antropologia e Historia en el Siglo de Las Luces: Buffon, Voltaire, Rousseau, Helvecio, Diderot**. México: Siglo Veintiuno, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. Uma Arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- HAZARD, Paul. **O Pensamento Europeu no Século XVIII**. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- KUNTZ, Rolf N. **Capitalismo e Natureza**. Ensaio Sobre os Fundadores da Economia Política. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LIMA, Américo Pires. **O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira**. Documentos Coligidos e Prefaciados. Lisboa: Agência Geral do Ultramar: Divisão de Publicação e Biblioteca, 1953.
- MANUEL, Frank et MANUEL, Fritzie. **Utopian Thought in The Western World**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.
- MUNTEAL FILHO, Osvaldo. **Domenico Vandelli no Anfiteatro da Natureza: a Cultura Científica do Reformismo Ilustrado Português na Crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808)**. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - PUC/RJ.
- NEVES, José Adolfo Pereira. **A Teoria Fisiocrática: um Juízo Crítico**. Recife, 1976. Tese (Livre Docência) - Universidade Federal de Pernambuco.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1985.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Expansão Portuguesa na Amazônia, nos Séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, 1959, pp. 128-215.
- \_\_\_\_\_. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira**. 2 vols. Belém: SECULT, 1993.